

Marxismo para sem-terra

O professor e filósofo Leandro Konder deu aula de marxismo para militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na UFRJ. A aula fez parte do curso de extensão "Teorias Sociais e Produção do Conhecimento" ministrado na universidade. *Página 8*

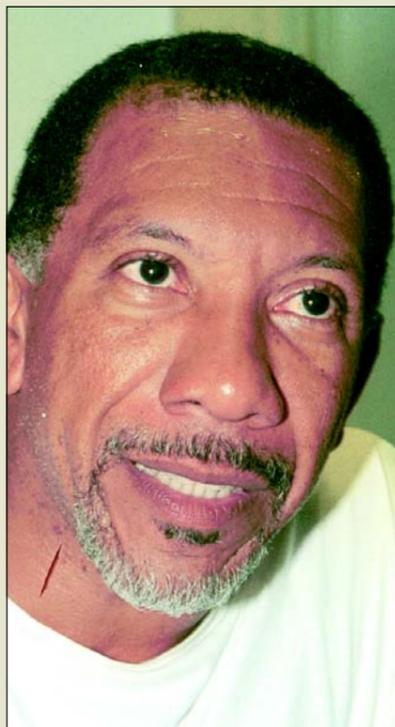
Será nesta quinta-feira, dia 4, às 10h, no auditório do Quinhentão

Assembléia discute campanha salarial

Assembléia dos trabalhadores da UFRJ nesta quinta-feira vai discutir a campanha salarial deste ano, que será lançada em Brasília no dia 17. Além da reposição das perdas salariais, a campanha terá como frente de luta o embate contra as reformas trabalhista, sindical e universitária do governo Lula. A assembléia discutirá, ainda, as reformas sindical e trabalhista que serão propostas pelo governo e elegerá delegados para o Encontro Nacional Sindical nos dias 13 e 14, em Luziânia. *Página 3*

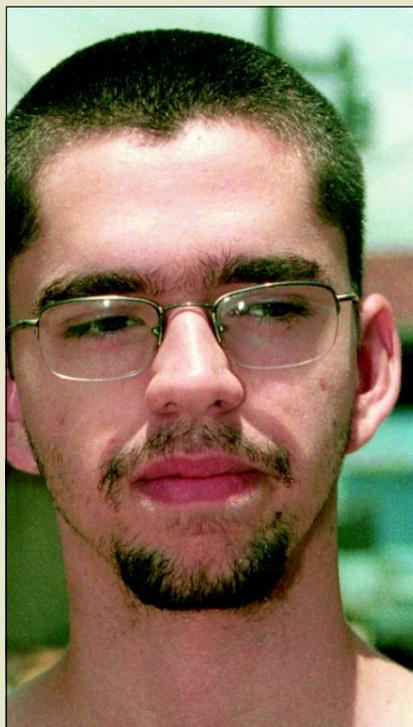
PRÉ-VESTIBULAR DO SINTUFRJ

Uma história que deu certo



Josué Pereira da Silva

"A vitória de quem passou é a vitória do curso, do Sindicato"



Ítalo Barreto Poty

"A universidade é fundamental para o futuro da nossa vida"



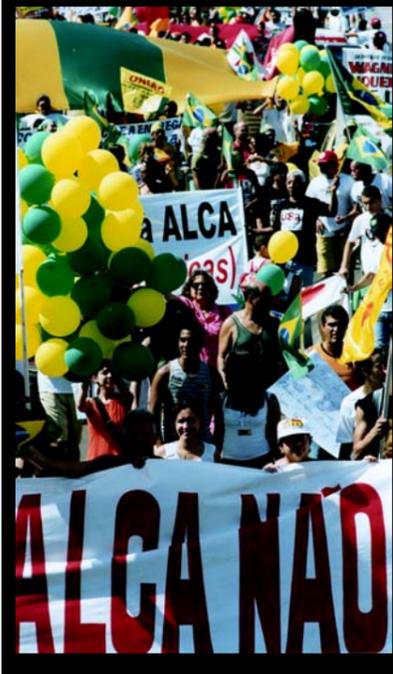
Hércules Antônio da Silva

"A graduação em Física vai abrir portas para a vida profissional"

Um debate sobre reforma universitária vai marcar a aula inaugural do Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ, às 18h desta segunda-feira, no IFCS. Alunos aprovados no concurso em 2004 relatam a sua experiência no curso. *Página 4*

Alca: ano de decisão

Este ano de 2004 será decisivo para que o Brasil defina sua posição sobre um acordo que significaria submissão econômica aos interesses dos Estados Unidos. Nos próximos dias negociadores brasileiros vão sentar de novo com norte-americanos. *Página 7*



Concurso

Vagas para 352 cargos
 detécnicos-administrativos

FGTS: esclarecimentos necessários

Esclarecimentos sobre o FGTS são necessários para tirarmos qualquer dúvida sobre a ação. A contratação do advogado Júlio Romero se deu numa assembléia representativa, em que foi avaliado que este deveria continuar no processo dos resíduos, haja vista que havia ganho a ação principal.

O SINTUFRJ, como instrumento político, jurídico e sindical, cuja filiação é voluntária, nunca se furtou aos mais árduos embates em defesa da categoria e é o legítimo representante de todos os beneficiários do processo. Estes estão sujeitos ao que é determinado pelo Estatuto da entidade, que tem, dentre as instâncias de decisão, a assembléia geral.

O processo foi ganho, e esta importante vitória é fruto da luta política de nossa categoria, através de nosso sindicato, e sem dúvida nenhuma da ação do advogado. A Caixa Econômica Federal (CEF) recebeu a ordem para o pagamento e antes do prazo iniciou a reativação das contas com os juros devidos. Mas com a grande quantidade de beneficiários do processo, e agora mais ainda visto que a medida foi estendida para todos os sindicalizados, a CEF seguiu solicitando prorrogação dos prazos fixados e foi conseguindo parecer favorável da juíza do processo.

O último prazo expirou dia 24/01 e o advogado já tomou as providências jurídicas necessárias no sentido de notificar a juíza sobre o término do prazo.

A CEF continua cumprindo estritamente a decisão judicial, reativando as contas dos beneficiários. Sabemos perfeitamente que esta liberação obriga a várias idas às agências, e em muitas delas existe muita desinformação e inabilidade no trato com os usuários do serviço bancário.

É importante que todos remetam os problemas acerca do FGTS ao Sindicato para que possamos proceder providências junto ao advogado, e este acionar a justiça. É importante também que busquemos as informações com quem verdadeiramente quer informar e não se deixar levar por informações daqueles que preferem tumultuar a situação e confundir a categoria.

Todos que enviaram o número de seu Pasep via e-mail ou estiveram pessoalmente no Sindicato tiveram seus problemas encaminhados ao advogado. A diretoria do Sindicato continua buscando a liberação de todas as contas e continua a divulgar a conta para depósito dos honorários do advogado, pois quer evitar que os beneficiários da ação tenham prejuízos maiores no futuro.

Para resguardar direitos, orientamos a categoria a não assinar os 28,86%, a não fazer o concurso de 1991, a não aderir ao PDV e a não assinar o acordo do FGTS. Orientações que o tempo mostrou o quanto foram corretas.

Esta diretoria tem o compromisso assumido de ser intransigente na luta pelos direitos dos trabalhadores da UFRJ e comprovadamente quer e vai conquistar mais para a categoria.

Conta para depósito dos honorários do advogado da ação do FGTS:
Banco do Brasil, agência 3652-8, conta 15580-2

Dois pontos

28,86%: negociação

No dia 10 de fevereiro o SINTUFRJ e a PR-4 participaram de uma reunião na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para buscar a retomada das negociações, tendo em vista o parecer da Divisão de Aplicação de Decisões Judiciais, para execução do processo. A PR-4 já está providenciando, com a Procuradoria, os documentos solicitados pelo Jurídico do MPOG e, através do NCE, atualizou os cálculos referentes ao pagamento do período de março de 1997 a novembro de 2002. Conforme acordado, realizaremos nova reunião na primeira semana de março, continuando as negociações, com a presença da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do MPOG.

A diretoria do SINTUFRJ esteve reunida, nesta semana, com o escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh para discutir a continuidade de nossas ações para garantir o pagamento dos atrasados e, também, do pagamento dos honorários do advogado. De acordo com decisão de assembléia geral, em 1/12/1999 no auditório do CT, o SINTUFRJ contratou os serviços do referido advogado para a batalha jurídica que se travou por todos esses anos, concluída com sucesso em dezembro de 2002.

Precatório dos pensionistas

Há dezenas de pensionistas que não fazem parte do processo principal que temos dos 28,86%, pois a sindicalização destes ao SINTUFRJ só foi aprovada em congresso da entidade realizada após a propositura da ação. O SINTUFRJ à época decidiu encaminhar uma ação coletiva apenas desses pensionistas, em 1997, e após toda a tramitação, tiveram reconhecido o direito aos atrasados do período de janeiro de 1993 a julho de 1998 (precatórios). A UFRJ foi intimada, em 26/1/2004, através da Advocacia-Geral da União (AGU), para apresentar a base dos dados necessária para a elaboração dos cálculos.

I Campeonato de Futebol de Veteranos do CCS J. Gonçalves

NOVO CALENDÁRIO/ SEGUNDA FASE Calendário dos jogos

Terça	16/03/04	16h	Biologia	x	CLA
Quarta	17/03/04	16h	Manutenção	x	Museu
Quinta	18/03/04	16h	Administração	x	Odontologia
Sexta	19/03/04	16h	IDT	x	Reitoria
23/03/04	-	16h	Vencedor	1	x Vencedor 2
24/03/04	-	16h	Vencedor	3	x Vencedor 4
26/03/04	-	15h	Disputa do 3o e 4o lugar	(perdedores 5 e 6)	
26/03/04	-	16h	Disputa do 1o e 2o lugar	(vencedores 5 e 6)	

Regras para a segunda fase

- Ficam zerados os cartões amarelos e vermelhos dos jogos da primeira fase;
- Não pode incluir atletas de times eliminados do torneio;
- Os times deverão apresentar até o dia 09/03/04 uma lista contendo o nome dos atletas com data de nascimento, registro e localização;
- Os atletas terão que ter vínculo de trabalho com a UFRJ e os times só poderão incluir dois prestadores de serviço para completar o time;
- Os atletas terão que ser > 35 anos de idade, lembrado que só será permitido apenas dois atletas entre 30 e 34 anos;
- Nesta fase todos os jogos serão disputados no tempo normal, caso fique empate o jogo terá uma prorrogação de +5 minutos e se caso continuar empatado a disputa será na cobrança de três pênaltis alternados.

Persistindo o empate a cobrança de pênalti será continuada por atleta até o desempate.

APOSENTADOS

Reunião dia 11 de março às 10h, na sede do Sindicato

Além das perdas salariais, pauta envolve luta contra as reformas sindical e universitária

Assembléia discute campanha salarial

DANÇA DAS CABEÇAS

Assembléia dos trabalhadores da UFRJ às 10h desta quinta-feira, 4 de março, no auditório do Quinhentão, no CCS, vai discutir a campanha salarial do funcionalismo deste ano, que será lançada em Brasília no dia 17. Além da reposição das perdas salariais, a campanha terá como frente de luta o embate contra as reformas trabalhista, sindical e universitária do governo Lula. A defesa das universidades faz parte do eixo da campanha que reivindicará também a reposição emergencial de 50,19%, que corresponde às perdas desde 1998 – quando o Supremo Tribunal Federal determinou o cumprimento da obrigação constitucional de reajuste anual para o funcionalismo.

O funcionalismo quer ainda um cronograma de reposição salarial com correção das distorções pelo Índice de Custo de Vida do Dieese, definição da data-base para maio, incorporação das gratificações, luta pelo Plano de Carreira e redução de jornada de trabalho sem redução salarial. Tudo isso foi decidido na plenária nacional da categoria realizada no dia 15 de fevereiro – que também apoiou indicativo de greve para abril, mas que ainda será discutida na plenária nacional dia 16 de março. No dia 15 haverá plenárias setoriais para que as entidades do funcionalismo definam suas posições a serem discutidas na plenária nacional.

Mais do que no ano passado, quando lhes foi imposta a reforma da Previdência, os servidores sentem-se traídos pelo governo federal e não querem ser atropelados pelas reformas anunciadas para este ano. A falta do cumprimento dos acordos de gre-



ve (fundamentalmente o Plano de Cargo Único) por parte do governo Lula, que tem procedido igual a FHC, é outra pedra no sapato do funcionalismo, que reivindica o seu cumprimento, compromisso este assumido pelo governo mas não respeitado.

Reforma universitária

A participação dos técnicos-administrativos na campanha deste ano requer maior determinação e resistência, pois a reforma universitária proposta pelo governo – de acordo com pronunciamentos oficiais e um documento produzido por grupo de trabalho interministerial – se refletirá direta e indiretamente sobre o trabalho e a vida da categoria. Mercantilização do ensino e privatização das universidades são idéias que estão embutidas na proposta do governo, embora ele não assuma publicamente. A preocupação do movimento é mobilizar forças com antecedência para evitar processo semelhante à reforma da previdência pública (em que o governo abriu as portas para

a previdência privada), quando o governo atropelou o movimento. O setor de Educação desperta a ambição do mercado: o ensino superior gera bilhões por ano às universidades privadas, por isso o jogo

de interesses se torna mais forte.

Encontros regionais

A Fasubra está organizando encontros regionais para preparação para a campanha salarial e para o Congresso

da Federação. No Sudeste haverá dois encontros, um em Viçosa e outro em Campinas. Os custos desses encontros estão sendo verificados pelo Sindicato para a definição da participação do SINTUFRJ.



Calendário

- 2/3 – Reunião Preparatória do Seminário de Reforma Universitária – CUT Nacional
- 13 e 14/3 – Encontro Sindical Nacional – Reformas Sindical e Trabalhista
- 13 e 14/3 – Encontro Regional Sudeste 1 – Viçosa
- 15/3 – Plenária Setorial
- 16/3 – Plenária Nacional dos SPFs
- 17/3 – Lançamento da Campanha Salarial
- 17 e 18/3 – IV Encontro Unificado das Entidades do Setor da Educação
- 18 a 20/3 – Encontro Regional Sudeste 2 – Campinas

Calendário dos movimentos sociais

Março

- Ano todo – Mobilização de rotulagem dos produtos transgênicos
- 1º a 20 – Plenárias Estaduais
- 8 – Dia Internacional da Mulher: mobilizações e acampamentos das Mulheres Sem Terra e do Movimento de Mulheres Camponesas
- 11 – Tribunal Internacional contra os transgênicos (Porto Alegre/RS)
- 14 – Jornada Nacional do MAB
- 20 – Dia Mundial de Luta contra a Militarização, contra a ocupação do Iraque, a Guerra e as Bases Militares dos EUA na América Latina. Passeata em todas as cidades com cartazes e faixas contra a Alca, a dívida externa e contra a política internacional de Bush
- 21 – Dia Internacional contra o Racismo
- 22 – Dia Mundial da Água
- 29 e 30 – Mobilização dos Estudantes Universitários (UNE/UBES)

Ministro da Educação diz que vai mudar a metodologia de discussão da reforma

2004: reforma universitária

O governo Lula colocou na agenda de 2004 a reforma universitária. A comunidade universitária já está apreensiva com que poderá vir por aí. Afinal, com tantas esperanças em 2003, ganhamos de presente uma reforma da previdência e 1% + 59 reais, não podemos esperar boa coisa. As entidades representativas, ao terem acesso ao documento do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a reforma universitária, se certificaram de que a luta para 2004 prometia. A troca de cadeiras no Ministério da Educação pode apresentar mudanças no encaminhamento do processo, mas dificilmente na política para com o ensino superior, já que continuam a questionar o quanto se gasta com o ensino superior público.

O Grupo de Trabalho de Educação da Fasubra se reuniu em Brasília nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro. Uma das tarefas foi a avaliação do novo ministério. Companheiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul informaram que o novo ministro Tarso Genro conhece bem nossas demandas, pois durante muito tempo atuou, através de seu escritório, como advogado da ASSUFRGS (associação dos servidores da UFRGS). O assessor jurídico da Fasubra, advogado Rogério, é oriundo deste mesmo escritório. O novo secretário de Ensino Superior (SESU), Nelson Macullan, já é bem conhecido na UFRJ, como reitor de 1990/94. À época nossa categoria teve diversos enfrentamentos, principalmente no processo de implementação do RJU. Na CAPES, outro representante oriundo da UFRJ, Jorge Almeida Guimarães, ex-diretor do ICB.

Tarso na Câmara

No discurso que o ministro fez aos parlamentares da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Tarso Genro reafirmou a intenção do governo de realizar a

reforma universitária este ano. O ministro também defendeu a idéia de que a Reforma deve apontar uma universidade voltada para o país real, das desigualdades sociais, onde o Brasil olha para o mundo “e deseja seu lugar e não o que eles querem do Brasil”. Tarso disse que não temos que dar atestado de bom comportamento para as agências internacionais, e sim vincular a nossa ação a um projeto nacional, democrático, soberano e coeso, de distribuição de renda criando

condições para o Brasil exercer sua soberania no mundo globalizado. “O que está errado no Brasil é distribuição de renda da sociedade e não a estrutura da universidade pública”, afirmou Tarso.

O ministro disse ainda que a reforma não vai atender a um grupo específico, e que o seu compromisso é policlassista, ideológico e vinculado a um projeto de Brasil. A metodologia utilizada será a de que o Grupo Executivo para a reforma universitária vai conduzir o proces-

so, tendo na Controladoria Externa a reitora Wrana Panizzi (UFRGS). Segundo Tarso Genro, três movimentos serão feitos. O primeiro para o será o acompanhamento das reuniões autônomas, seminários e debates que a sociedade civil estará apresentando (exemplificou com os seminários já em andamento da Andifes); o segundo passo, a escuta de personalidades, convites internos e públicos (entidades educacionais, sindicais, etc.) já tendo como convidado para abril o pro-

fessor Boaventura de Souza; e por fim o terceiro passo, no qual o MEC promoverá mini-constituintes consultivas em que toda a contribuição que está sendo discutida será sistematizada.

Busca do consenso

A idéia – segundo Tarso Genro – é que todas as questões consensuadas ou com clara maioria de opinião possam ser encaminhadas direto para o Congresso Nacional. As questões mais polêmicas, como o financiamento das universidades (destacado pelo próprio ministro), serão tratadas de forma diferenciada em busca de acordo. O ministro defendeu a universidade pública e destacou que a existência de instituições privadas é que constituem um elemento de privatização do sistema.

Como podemos verificar, diferente do proposto pelo GTI de que até julho um projeto de reforma universitária estaria do Congresso Nacional, nesta metodologia ela deverá ser discutida ao longo do ano, o que determinará, ao conjunto da comunidade universitária estar em constante alerta, acompanhando e participando dos debates.

O SINTUFRJ está participando do GTPE – Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais, formado em conjunto com a ADUFRJ, DCE e APG, que estará promovendo várias reuniões e debates para aprofundar a discussão e organizar nossas categorias para a defesa de uma universidade verdadeiramente pública, autônoma, gratuita, democrática e com qualidade social. A diretoria do SINTUFRJ vai estimular a implementação do GT de Educação, que estará sendo encaminhado ao longo do mês de março.

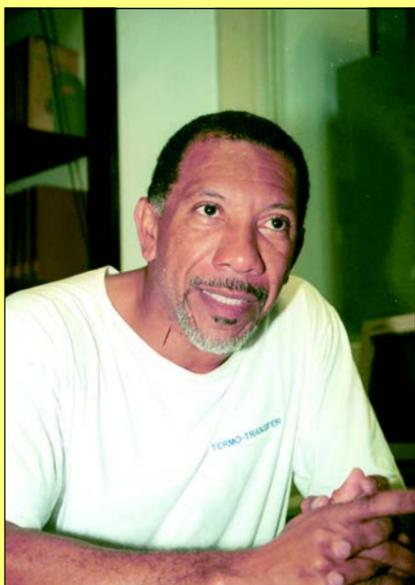
“A existência de instituições privadas é que constitui um elemento de privatização do sistema.”



Pré-Vestibular com qualidade

CPV obteve novos resultados positivos no vestibular. Aula inaugural é nesta segunda

A excelência do Curso Pré-Vestibular (CPV) do SINTUFRJ e seus resultados positivos atraem cada vez mais pessoas. Para preencher as 240 vagas oferecidas esse ano se inscreveram 307 alunos. Como previsto no edital os 91 sindicalizados que se inscreveram tiveram suas vagas garantidas. As vagas restantes foram sorteadas dia 16 entre dependentes e trabalhadores de outras categorias. Ao todo foram sorteados 77 dependentes e 72 trabalhadores de outras categorias. A aula inaugural do curso será às 18h de hoje (1 de março) no Instituto de Filosofia Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco e para marcar o início das atividades foi organizado um debate sobre reforma universitária. Participarão Ana Maria Ribeiro, Coordenadora Geral do SINTUFRJ e Kátia Lima, professora e integrante do Coletivo de Pesquisa sobre Políticas Educacionais da UFF. O novo diretor do Capes (Coordenação de Pessoal de Ensino Superior), o professor aposentado da UFRJ Jorge Almeida Guimarães, irá participar. Nos seus 17 anos de existência o CPV consolidou uma história que deu certo e que se inscreve na posição do Sindicato na defesa da democratização do ensino. São inúmeros os alunos do curso que conseguiram ingressar na universidade. Ítalo Barreto Poty, Josué Pereira da Silva e Hércules Antônio da Silva Souza são alguns dos estudantes que fizeram o curso ano passado e conseguiram entrar para a UFRJ.



Josué Pereira da Silva
“A vitória de quem passou é a vitória do curso”

O auxiliar administrativo Josué Pereira da Silva trabalha na biblioteca do Instituto de Física. Ele passou para o segundo semestre do curso de Letras (português-espanhol) da UFRJ em 11.º lugar. Josué sempre estudou em escola pública e desde 1973, quando se formou no segundo grau, estava afastado das salas de aula. “Sempre tive vontade de voltar a estudar. O fundamental para eu voltar foi a abertura das aulas do curso no Fundão”. Segundo Josué, passar no vestibular não era seu principal objetivo. “Eu nunca coloquei a questão de passar no vestibular em primeiro lugar. Na sala de aula agente se atualiza, isso é que é importante”. Para Josué, “a vitória de quem passou é a vitória do curso, do sindicato. Eu espero que o curso continue e que as chefias entendam que para melhorar a universidade é importante investir nos funcionários”.



Ítalo Pereira da Silva
“A universidade é importante para criar possibilidades de trabalho”

O estudante Ítalo Barreto Poty é morador da vila residencial da UFRJ. Filho de motorista aposentado da universidade, Ítalo fez o curso pré-vestibular do SINTUFRJ ano passado e passou no vestibular de História. “Acho que entrar na universidade vai me dar a oportunidade de evoluir intelectualmente e me dar mais possibilidades de trabalho”. Ítalo disse que escolheu história por entender que o conhecimento nesta área é fundamental para se compreender a realidade de hoje, o país e o mundo. O novo universitário reconhece o papel do Curso Pré-Vestibular. Segundo ele, a existência do curso amplia as possibilidades para muita gente ingressar na universidade, independente de renda e da condição social. Preocupado com o futuro, o jovem universitário disse que a importância da qualificação é incontestável nos dias de hoje.



Hércules Antônio da Silva
“A graduação em Física vai abrir portas para a vida profissional”

Hércules Antônio da Silva trabalha no laboratório de Imunobiofísica e passou para o curso de Física da UFRJ. “Eu me interessei em fazer o curso pré-vestibular, pois senti a necessidade de me aperfeiçoar. A graduação em Física me dará melhores condições para entender o laboratório e melhorar minha situação profissional, abrindo portas”. Hércules sempre estudou em escola pública e só lamenta que a universidade não incentive seus servidores a se aperfeiçoarem. “Um servidor que tem graduação não recebe nenhum incentivo na carreira por isso. Falta isso para estimular os servidores a voltar a estudar e se aperfeiçoarem. Falta um plano de carreira que incentive os servidores a se graduarem”. Hércules considera importante o curso oferecido pelo SINTUFRJ. “O sindicato está abrindo a porta para termos um outro lugar na universidade”.

80% confiam na universidade pública

● Apesar dos problemas enfrentados pelas universidades públicas como falta de verbas professores e sucateamento os estudantes preferem o ensino público. É o que mostra uma pesquisa feita pelo Laboratório de Pesquisas Aplicadas da UniCarioca – encomendada pela revista Megazine – no final de janeiro. Foram ouvidos 640 vestibulandos cariocas entre

16 e 26 anos que afirmam não ser a gratuidade o principal motivo. A qualidade do ensino é a grande atração pelas públicas, nada mais nada menos que 84,5% afirmam confiar na qualidade do que se ensina nas federais e estaduais. Perguntados se preferiam cursar uma pública ou uma particular com bolsa integral, 59% disseram preferir a pública.

Fotos: Niko Júnior

Reitoria vai publicar edital da prova para o preenchimento de vagas na UFRJ

Concurso à vista

A UFRJ deve publicar nos próximos dias o edital do concurso para 352 cargos técnico-administrativos e um novo edital para seis vagas de docentes, além das 118 oferecidas no edital já publicado no dia 16 de fevereiro. O governo autorizou em outubro do ano passado concurso para 470 cargos de docentes e técnicos-administrativos para a UFRJ, a maioria de assistente de administração. Mas como a última portaria saiu com número de vagas diferente do que foi autorizado originalmente, a PR-4 aguarda a publicação de uma nova, complementando o número de cargos oferecidos para fechar seu edital.

No caso do assistente de administração, por exemplo, saíram 172 vagas na portaria, quando, na verdade, a Reitoria espera poder oferecer 177. Para técnico em assuntos educacionais estavam previstas 25 vagas e saíram apenas 12. A PR-4 acredita de fato na possibilidade de complementação das vagas por nova portaria.

De acordo com o pró-reitor Luiz Afonso Mariz, até o dia 3 o edital deve ser lançado. As inscrições devem acontecer até meados de abril, e em junho os novos profissionais podem estar nomeados.

CSCE discute vagas

De acordo com recomendação do Consuni de 29 de janeiro, as seis vagas docentes seriam distribuídas pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), para programas interdisciplinares.

Na reunião do CSCE dia 18 de fevereiro, os decanos solicitaram à Pró-Reitoria parecer sobre a possibilidade de indicar, no edital, apenas o setor de cada centro a que estas seis vagas se destinariam, e não o departamento, como orienta o regimento da

UFRJ. Até o dia 21 os decanos enviariam a definição dos setores para a PR-4 fechar a proposta de edital.

Os conselheiros iniciaram a discussão de propostas das unidades de alocação dos técnicos-administrativos. A coordenadora do SINTUFRJ Ana Maria Ribeiro lembrou a importância da destinação de

assistentes de administração capacitados para atuar nas Seções de Ensino de Graduação. A localização dos concursados será tema de novos debates.

Crêterios

Para o edital dos técnicos-administrativos ainda em elaboração na semana que antecedeu o carnaval, já havia,

segundo a PR-4, alguns critérios definidos para a seleção: além da prova de português e matemática e da prova prática exigida em alguns casos, a experiência do profissional na área que pleiteia também será levada em conta.

O edital do concurso para as 112 vagas de docentes do ensino superior e seis para pri-

meiro e segundo grau que saiu dia 16 informou que as inscrições vão até o dia 29 de março no departamento onde o interessado deseja disputar a vaga, em mais de 30 unidades ou institutos. A taxa varia de R\$ 40 a R\$ 120. De acordo com o cargo, o processo seletivo constará de provas e títulos, escrita, didática e prática.



DISCUSSÃO.O CONSELHO SUPERIOR DE COORDENAÇÃO EXECUTIVA reunido no dia 18 de fevereiro

Mais vagas

A UFRJ obteve o maior número de vagas das 621 que o governo destinou às instituições federais de ensino do Rio. O do Planejamento informou que do total das 41 mil vagas que serão preenchidas

através de concurso público ao longo deste ano, 6 mil e 700 já foram autorizadas (como as deste concurso). A Educação divide com Esportes, Seguridade Social e Trabalho 16 mil 822 vagas deste total. Estão previstos

R\$ 400 milhões no Orçamento da União para estas contratações em 2004.

Segundo a PR-4, o concurso repõe vagas abertas com aposentadorias, falecimentos e exonerações no primeiro semestre de 2003

e alguma parte do déficit histórico. Com base em compromisso do governo, a UFRJ pretende solicitar reposição das vagas abertas no segundo semestre de 2003, em torno de 500.

Trabalhadores podem se preparar

Ana Maria Ribeiro anunciou que o Sindicato está desenvolvendo um projeto para preparação dos técnicos-administrativos e prestadores de serviço que pretendem prestar o concurso. Luiz Afonso louvou a iniciativa e

contou que, quando diretor do IPPMG, reuniu mais de 80 terceirizados para mostrar a importância de prestarem

concurso, mas lamentou que nenhum deles tenha conseguido passar, apesar de profissionais excelentes.

Este ano vai ser decisivo para uma definição da posição do Brasil em relação à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). O objetivo dos Estados Unidos é que o acordo seja assinado no início de 2005. A próxima rodada de negociação entre os países do hemisfério começa agora em março. De acordo com dirigentes de comitês formados em alguns estados brasileiros que lutam contra o ingresso do Brasil no acordo, em 2004 vai ser necessária uma sólida mobilização dos setores da sociedade brasileira envolvidos na questão para barrar a Alca – na verdade uma tentativa de “legalizar” a dominação dos mercados do continente pelos Estados Unidos. Não há dúvidas de que a única alternativa de o Brasil manter uma posição soberana é rejeitar a Alca. Esta posição é compartilhada por segmentos diversos do movimento popular e social, por intelectuais e lideranças políticas comprometidas com a construção de uma sociedade cujas decisões se voltem para os interesses da maioria dos trabalhadores e da população.

“Para o Brasil vale a pena continuar essa negociação?”, questiona o economista Paulo Nogueira Batista, economista que acompanha de perto o assunto. Segundo Nogueira Batista, com o passar do tempo vai ficando cada vez mais claro que o país tem muito a perder e pouco ou nada a ganhar com a Alca. “Na melhor das hipóteses, se conseguirmos resistir às pressões de Washington, o que teremos é um acordo com muitas obrigações e poucas vantagens.” Em nome do livre comércio, segundo ele, o que quer se impor com este acordo é a livre-competição entre economias desiguais para garantir a liberdade dos capitais e das grandes corporações - que levará ao enfraquecimento da economia dos países pobres e à violação do direito ao desenvolvimento econômico dessas nações.

Campanha

A campanha pela retirada do Brasil das negociações promovida por movimentos

Alca: ano decisivo

Em plebiscito popular, realizado em 2002, a rejeição à Alca ficou clara: mais de 13 milhões disseram não à participação do Brasil nas negociações do acordo

sociais, sindicatos, e ONGs e segmentos importantes da Igreja Católica, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) já ganhou dimensão nacional e tem sensibilizado cada vez mais outros setores da sociedade. A luta contra a Alca ganha amplitude continental a partir do envolvimento de forças políticas que representam os interesses dos trabalhadores em vários países latino-americanos. No Brasil, o caminho apontado pelo movimento é a realização de um plebiscito oficial para que a população se manifeste sobre a participação do país na Alca. Exige-se a aprovação do Projeto de Lei 71/2001 do senador Saturnino Braga, que está no Congresso Nacional, instituindo para o dia 3 de outubro a realização do plebiscito e a suspensão das negociações. Em plebiscito popular, realizado em 2002, a rejeição à Alca ficou clara: mais de 13 milhões disseram não à participação do Brasil nas negociações. ■



Foto: Niko

MUITA LUTA. O movimento social tem o desafio de mobilizar a sociedade contra o ingresso do Brasil na Alca, um acordo que vai submeter o país ao imperialismo

Governo vai à reunião

O governo não toma conhecimento das pressões da sociedade e tem participado ativamente das negociações. De qualquer maneira, a próxima reunião para a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) promete mais um capítulo na queda de braço entre Brasil e EUA. A última acabou em impasse, pois um grupo de 14 países (G-14), liderados pelos EUA, se contrapôs às propostas do Mercosul e de outros países que defendem uma negociação mais flexível e menos ambiciosa. Os EUA pressionam por uma maior abertura nas áreas de investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual, à qual o Brasil resiste. Tais concessões, que se refletem diretamente na soberania brasileira, não serão feitas pelo governo brasileiro, segundo o chanceler Celso Amorim.

“Não faremos concessões que hipotetiquem o futuro do país e suas políticas de desenvolvimento”, afirmou. O impasse se deu porque os EUA e mais Canadá, México, quase toda a América Central, Colômbia, Peru, Equador e Chile, que formam o G-14, só aceitavam a proposta do Mercosul de mais acesso aos mercados dos demais 30 parceiros da Alca (o que significa redução e/ou eliminação de tarifas de importação) em troca da concessão das quatro áreas já citadas.

Os EUA querem na verdade que os países do Mercosul e aqueles que defendem uma negociação mais flexível paguem o preço de receber menos concessões em termos de abertura de mercado de bens, principalmente agricultura. Mas em Miami, onde aconteceu a reunião ministerial

em novembro, ficou acordado uma negociação menos ambiciosa, a chamada Alca Light. O objetivo do Brasil nessa reunião, endossado pelos demais integrantes do Mercosul, era concentrar a negociação em questões comerciais, relacionadas a acesso aos mercados de bens. Nas demais áreas, a Alca deveria seguir as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Não existe este negócio de Alca Light, que seria um acordo esvaziado”, diz Nogueira Batista.

O dirigente nacional do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stédile, em palestra na UFRJ, disse que a Alca é um dos instrumentos que o imperialismo quer lançar mão para institucionalizar o controle das economias dos países periféricos. “Lançam mão deste tipo de ferramenta para dominar”, disse.

Filósofo ensina Marx para sem-terra

Foto: Niko Júnior

Um dos mais respeitados intelectuais de esquerda do Brasil, o filósofo Leandro Konder, proferiu para mais de cem integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) uma das aulas do curso de extensão “Teorias Sociais e Produção do Conhecimento”, realizado pela UFRJ – resultado de parceria inédita entre a universidade e a Escola Florestan Fernandes, que forma líderes do MST.

Konder debateu com a turma do curso – do qual participam também representantes de outros movimentos populares – idéias de seu livro, *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI* (Paz e Terra, 1992). O filósofo explicou como lidar com o pensamento de Marx, nos dias de hoje, sob as mudanças do final do milênio. E abordou, sob a ótica do marxismo, a religião, a ideologia e a importância dos partidos e dos movimentos sociais.

Leandro Konder havia sido convidado para a aula inaugural do curso no fim de janeiro. Mas não pôde comparecer. Considerado um dos maiores estudiosos da obra de Karl Marx, Konder foi perseguido na ditadura militar (1964-84) e obrigado a deixar o país à época. Aos 68 anos, é autor de mais de 20 livros. O marxista não se furtou ao debate por horas com os alunos, que se dividiam em grupos e perguntavam especialmente sobre os rumos do governo Lula. Diante da platéia atenta, Konder confessou sua perplexidade. “Como trazer para a realidade de hoje essa práxis numa conjuntura em que, nós socialistas, esperávamos aliados e no entanto vemos neste governo a con-

“

Somos e nos tornamos agentes da história na oposição aos que detêm o poder e as riquezas”

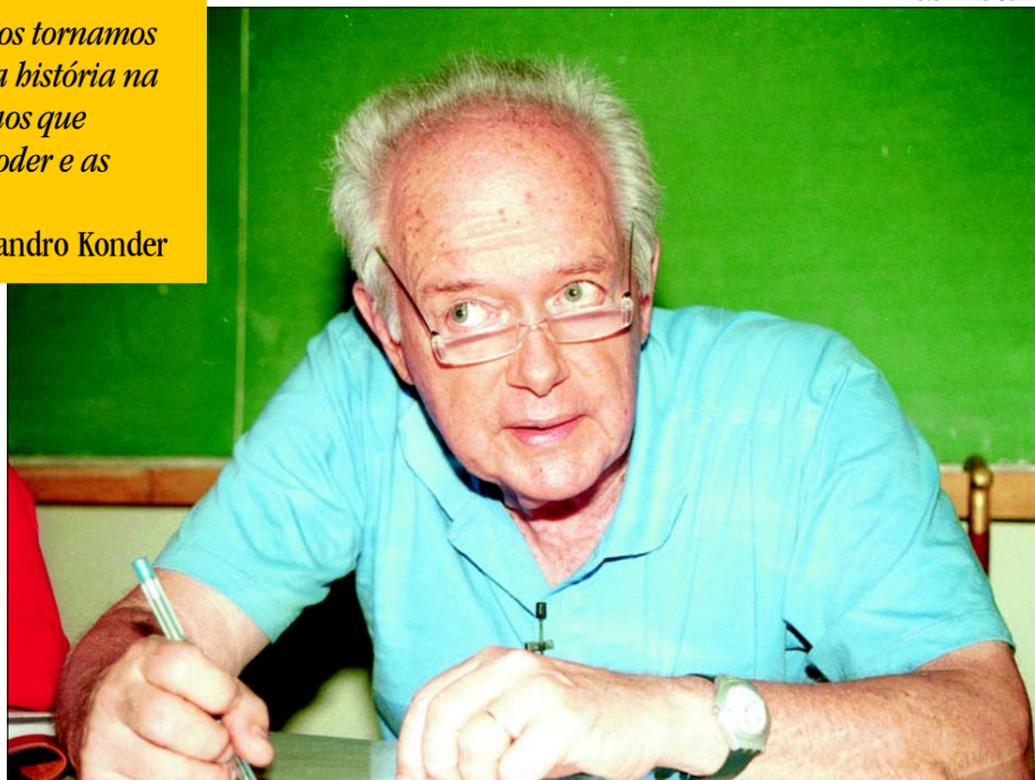
Leandro Konder

tinuidade de anteriores”, disse. Reconheceu as dificuldades de lidar com um PT que abandonou valores da esquerda.

Contando casos, Konder desfiou perspectivas e opiniões. Para ele, movimentos sociais são fundamentais, mas não substituem os partidos, que são necessários as nossas ações. “É bom que sejam vários. Mas nenhum deles está atendendo a minhas expectativas”, observou. Konder disse que a conjuntura criada a partir dos rumos assumidos pelo PT criou dificuldades para o movimento popular.

Os alunos

Gladson Stélio Brito Pereira, 38 anos, é do sertão de Sergipe e liderança do MST em seu estado. “Sou um dos sobreviventes que conseguiu



fazer o segundo grau e entrar para a faculdade a duras penas”, declarou. Ainda muito jovem, Milton Viário aprendeu na própria fábrica o ofício de torneiro mecânico à medida que cresceu também seu ideal político. Hoje é integrante da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. Depois de 26 anos de militância, com

este curso teve a oportunidade de conhecer a teoria que já pratica. “Este módulo é só o início, e foi muito bom. Conseguimos entender algumas explicações para o que fazemos e especialmente agora conhecer um pouco mais sobre a realidade, e como podemos contribuir para nossa luta, organização e mobilização”, afirma.

Sérgio Osmar Conti é coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Espírito Santo. Ele é do município de São Gabriel da Palha, filho de camponês. Ingressou no movimento dos sem-terra e tem participado, nos últimos anos, do MPA. Diz que a luta que faz no campo é a realidade em todo o Brasil, onde a população é esquecida do processo de desenvolvimento social e político e que o curso é mais uma experiência que possibilita ao camponês conhecer as causas sociais da sua situação. “O curso dá oportunidade de enxergar melhor esta realidade. Aos 38 anos, nunca participei de nenhum outro curso dessa natureza. A academia tem grande conhecimento da teoria. Precisamos dele (do conhecimento) para a construção de mudanças na sociedade. E isso só vai acontecer na medida em que vemos a relação do conhecimento com a prática, da Universidade com os movimentos sociais”. ■

120 participam do curso

Com duração de dois anos e meio, dividido em seis etapas nos períodos de férias da UFRJ, o curso de Extensão “Teorias Sociais e Produção do Conhecimento” tem como público 120 formadores e dirigentes do MST e de outros movimentos como Consulta Popular, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Metalúrgicos, Movimento dos Atingidos por Barragem, dos Pequenos Agricultores e Via Campesina.

Alguns dos temas abordados são: “A razão e o conhecimento científico; “A questão da terra e do trabalho”; “Estado, poder e política”. A coordenação pedagógica é de professores da UFRJ e do MST. O primeiro

módulo, História e Realidade, começou dia 2 e terminou dia 19 de fevereiro. Participaram, além de Leandro Konder, professores da UFRJ, Franklin Trein (diretor do IFCS) e Carlos Nelson Coutinho, (diretor da Editora da UFRJ), assim como professores de outras universidades como Marcelo Badaró (UFF), entre outro.

“Precisamos dele (do conhecimento) para a construção de mudanças na sociedade. E isso só vai acontecer na medida em que vemos a relação do conhecimento com a prática, da Universidade com os movimentos sociais”, disse um dos participantes do curso, sintetizando o pensamento de todos.